



## GT 008. Antropologia da cidadania

Marcus André de Souza Cardoso, da Silva (PPGEF/UNIFAP) - Coordenador/a, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Lenin dos Santos Pires (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Juliana Gonçalves Melo (Professora adjunta IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - Debatedor/a

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre 'direitos', 'cidadania', 'igualdade' e 'justiça'. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a 'cidadania' como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a 'cidadania' é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre 'cidadania'.

### **Direito à moradia: os sentidos da autogestão e da mobilização comunitária de famílias trabalhadoras**

**Autoria:** Michelle Lima Domingues

Este work é resultado parcial de pesquisa intitulada 'Helping the Poor Stay Put: Affordable Housing and Non-Peripheralization in Rio de Janeiro, Brazil' que integra uma equipe interdisciplinar de pesquisadores dos E.U.A, Reino Unido e Brasil, da qual faço parte como antropóloga. A pesquisa visa compreender processos coletivos diversos de demanda e engajamento pelo direito a moradia popular, centralizados na região portuária da cidade do Rio de Janeiro e em suas adjacências. Tais processos objetivam a permanência de famílias de baixa renda em um espaço imbricado por competições pelo território que é foco de projeto de revitalização urbana subsidiado pelo Estado, o chamado projeto Porto Maravilha. Tendo em vista um importante cenário de correlações de força que integra as possibilidades abertas pelos usos dos dispositivos legais de consolidação do Plano de Habitação Social do Porto, contrapartida social do projeto, a pesquisa visa estudar, de forma comparativa, experiências distintas de mobilização comunitária, sejam autônomas ou fomentadas por ações de movimentos sociais, com a finalidade de concretizar moradia popular neste espaço e de nele permanecer as classes trabalhadoras. O work proposto trata especificamente de análise etnográfica do processo de implementação do projeto habitacional federal Minha Casa Minha Vida Entidades cujo grupo de 116 famílias trabalhadoras, denominado Quilombo da Gamboa, figura como beneficiário. O grupo é representado pelos movimentos sociais União Nacional por Moradia Popular e Central de Movimentos Populares e pela ONG Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião que é a Entidade



Organizadora do projeto. Considerando um dos eixos temáticos da pesquisa em andamento, "politics and citizenship", o work pretende discutir os agenciamentos institucionais deste grupo de famílias pelas lideranças locais e idealizadores do projeto que se articulam em determinados sentidos e significados para a promoção do direito à moradia e de outros direitos sociais que integram o direito à cidade. A partir de etnografia acerca dos processos de mediação de valores, princípios morais e representações de ações coletivas dos quais as famílias são objeto, o work busca problematizar as potencialidades e limites de tais arranjos culturais que se dão nos espaços político-pedagógicos de formação e mobilização comunitária para a autogestão. A autogestão é concebida como princípio fundamental orientador das práticas e representações de luta pelo direito a moradia e, por extensão, por outros direitos sociais, em contexto de concorrência institucional pela legitimidade da representação de setores pobres da população, que abriga, em determinados sentidos, perspectivas convergentes e divergentes das lideranças locais.

[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

